



## **PARENTALIDADE: GÊNERO E FAMÍLIAS MONOPARENTAIS FEMININAS A PARTIR DE UMA ABORDAGEM GEOGRÁFICA**

Juliana Przybysz<sup>1</sup>  
Karina Eugenia Fioravante<sup>2</sup>

### *PALAVRAS INICIAIS*

O presente trabalho tem como objetivo central compreender as transformações das espacialidades vividas por mulheres responsáveis pelo domicílio após a dissolução conjugal na cidade de Ponta Grossa – Paraná. O interesse por esta temática está vinculada a abordagem de gênero que ainda é incipiente na ciência geográfica e muitas vezes desprezada por muitos em relação a se pensar espacialmente este tema. Este tema ainda demonstra que existe uma transformação espacial nos papéis de gênero relacionado às mulheres após a dissolução conjugal, no que tange principalmente o espaço público e o espaço privado.

### *REFERENCIAL TEÓRICO E RESULTADOS*

Para objetivar este trabalho foram observados dois caminhos para que pudéssemos analisar o grupo estudado, ou seja, das mulheres que passaram por dissolução conjugal, com filhos de 0 a 14 anos e com renda de 0 a 2 salários mínimos. Em um primeiro momento foram analisados os processos da 2ª Vara de Família de Ponta Grossa – Paraná, nas categorias de Separação, Divórcio e Alimentos, no período de 2003 a 2007. O recorte temporal estabelecido deve-se à instituição da lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002, sob o artigo nº 2044, quando o Novo Código Civil brasileiro entra em vigor um ano após sua publicação e estabelece novas regras conjugais e obrigações familiares.

Após este momento tomando como base os locais de forte concentração de mulheres chefes de família de baixa renda, conforme os dados da PROLAR (Companhia de Habitação de Ponta Grossa), onde os conjuntos habitacionais: Jardim das Aroeiras, Jardim Jacarandá, Jardim Jacaranda II, Jardim Alto Alegre, Jardim São Miguel e Jardim Cerejeiras, têm aglomeração de 40% a 80% de mulheres chefes de família. Sendo estes conjuntos habitacionais o campo exploratório para a realização de entrevistas.

---

<sup>1</sup> Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestrado em Gestão do território

<sup>2</sup> Universidade Estadual de Ponta Grossa, mestrado em Gestão do território



Foi a partir destes dois caminhos que percebemos que todas as relações humanas possuem uma dimensão espacial e, nesse sentido a família produz espaço assim como o vivencia. Corrêa (1997 e 2003) propõe a análise deste espaço a partir de uma série de características sendo ele simultaneamente fragmentado e articulado, reflexo e condicionante social, bem como campo de lutas sociais e simbólicas, for fortemente desigual, desempenhando funções diferenciadas, como a de produção de mercadorias de um lado e a de reprodução social de outro. Mas de outro lado este mesmo espaço urbano mostra-se dicotomizado entre o público e o privado.

O espaço privado é associado a família ao lugar de reprodução social, um espaço de realização pessoal, enquanto que o espaço público é tratado como o lugar da indiferença, onde se deve observar regras de sobrevivência. Quando colocamos o espaço público e privado deste modo é como se fosse esferas distintas, que seguem de forma isolada. Tratar este espaço como dicotomizado vem sendo amplamente discutidas pelas geógrafas feministas, pois a manutenção desta estrutura de pensamento tende a escamotear a discussão política de vários temas que são considerados de ordem estritamente privada, como a divisão do trabalho doméstico e o cuidado com os filhos por exemplo.

Para as feministas é importante compreender que há vinculação entre ambas as esferas e que várias questões devem “ser tratadas em âmbito público, pois contribuí para uma desigualdade entre estes mesmos indivíduos no espaço público” (ASSIS, 2009, p.4). A família é tema central nesta discussão, pois é uma organização que apresenta movimento no tempo e no espaço e é considerada um tema central na discussão da relação entre espaços público e privado.

O trabalho doméstico e o cuidado dos filhos, que são geralmente exercidos por mulheres “construção social” (SORJ, 2004, p. 109) e são, portanto um tema eminentemente político, somado ao fato de que a organização familiar é socialmente construída, sendo foco de estudos feministas. O padrão de organização familiar, que tem sido cada vez mais tensionado por dissoluções conjugais e pela formação de novas estruturas familiares, torna-se também um vasto campo de conhecimento para estudos feministas em todas as áreas do conhecimento.

No Brasil, o aumento de famílias chefiadas por mulheres e sua relação com o aumento da pobreza urbana tem sido um tema de relevância, sendo apontado por muitos autores como Silva (2007), Ornat (2007), Prochner (2005), entre outros. Neste sentido, partindo da dissolução conjugal podemos afirmar que o papel feminino passa por uma clara modificação quando é observada a divisão sexual - mulher dona de casa e de reprodução social enquanto o do homem de provedor do lar – ultrapassando limites do espaço privado.



A função familiar no espaço privado leva a figura masculina a vivenciar de forma simultânea o espaço público, através do mercado de trabalho formal, podendo o homem ter mais acesso aos espaços de cunho econômico. O papel feminino estando mais ligado aos aspectos de reprodução social como o cuidado com a alimentação, educação, afazeres domésticos, faz com que somente tenha acesso ao espaço público para realizações ligadas a família.

As mulheres após a dissolução conjugal se vêem obrigadas a enfrentar o espaço público em uma dupla jornada de trabalho fora e também dentro do lar. Os ofícios femininos são, via de regra, de baixa remuneração, ligados geralmente a trabalhos domésticos. Isso foi evidenciado na análise dos processos da 2ª Vara de Família, onde 62% das mulheres possuem atividades ligadas ao âmbito privado e os outros 38% eram donas de casa. Esta diferença entre percentuais coloca em voga as dicotomias existentes no âmbito espaço público e privado. Neste sentido, Sorj (2004, p 108) afirma ainda que:

(...) obrigações domésticas impõe limites às oportunidades de trabalho oferecidas às mulheres no mercado de trabalho, cujas atividades se caracterizam por carreiras descontínuas, salários mais baixos e jornadas em tempo parcial. (...) efeitos que os empregos de menor qualidade reservados às mulheres têm na manutenção de sua identidade doméstica. Bloqueadas nas suas carreira profissionais e submetidas à pressão das normas sexuadas de emprego, muitas mulheres acabaram por priorizar investimentos pessoais na esfera privada.

A geógrafa Linda McDowell (2000) argumenta que essas dicotomias entre o espaço privado e o espaço público não são sustentadas quando se observa às relações de divisão do trabalho sexual e suas implicações entre os dois polos desta pseudo-divisão e também que esta relação esta profundamente marcada pelas relações de gênero e interseccionada pela classe de renda, uma conjugação entre gênero, classe, associada a um espaço urbano que é simultaneamente público e privado.

No processo de dissolução conjugal estas espacialidades e acessibilidades das famílias de baixa renda são transformadas, pois a nova situação implica em um processo de re-arranjo familiar que coloca a figura feminina frente a desafios que envolvem ambas as escalas espaciais: pública e privada, relacionada a manutenção econômica do lar.

É neste sentido que há um processo crescente de empobrecimento das famílias chefiadas por mulheres, como já tratado em outros momentos por Silva (2007a e 2007b). Segundo a autora, a falta do cônjuge para suprir as necessidades econômicas ativam processos em cadeia. Um destes processos é que com a diminuição do rendimento familiar, os filhos são obrigados, nos termos de uma escolha constrangida, a buscar contribuir com as despesas do lar. Isso acaba por abortar suas possibilidades de estudo e ascensão social, criando um ciclo de reprodução ampliada da pobreza urbana, quando se considera uma nova geração.



Assim, as relações de gênero que estruturam as organizações familiares implicam na organização do espaço urbano. Por outro lado, a estrutura urbana das cidades, profundamente desigual em termos de distribuição de serviços e infra-estrutura, também marcam as relações de gênero e os padrões de estrutura familiar.

Nos espaços de periferia, as dissoluções conjugais geram fortes impactos na vida das mulheres e de seus filhos, pois no processo de re-estruturação familiar, as dificuldades econômicas são agravadas e as mulheres enfrentam a situação de chefia familiar, sem ter tido uma formação adequada para o exercício do papel de provedora do lar. Em geral, além de continuarem com o papel de cuidados com a família, agregam o papel de responsáveis pelo sustento econômico.

O fato é que a dissolução conjugal na família de baixa renda implica em dividir escassos recursos já existentes para a manutenção de apenas uma residência. A saída do cônjuge gera o abandono econômico da família, como pode ser visto no trecho retirado do processo X<sup>3</sup>/2007 da Segunda Vara de Família do Fórum da Comarca de Ponta Grossa

Desde que o requerido assim se afastou do lar por espontânea vontade dele mesmo, ficou patente que o mesmo em conversa com a autora, veio a dizer que não ajudaria a mesma em nada, o que em definitivo terminou assim por fazer, ou seja, desde que assim o fez, abandonou de imediato a sua família, literalmente, sem sequer ajudar materialmente, bem como também de sua figura paterna. A autora não trabalha fora, cuida da casa e dos filhos. O réu trabalhava até o início deste ano como operador de serra, auferindo rendimentos no valor de um salário mínimo. (Trecho retirado do processo de Separação X/2007, em 06/06/2008)

Podendo ser observado também no trecho da entrevista realizada no Conjunto habitacional Jardim Alto Alegre com Atena<sup>4</sup>:

As criança não tem nem vontade de vê ele, já fiz né o... que nem a pensão ele não paga, nunca pago a pensão então também já pedi no fórum né... (entrevista realizada com Atena no dia 16/01/2010, Jardim Alto Alegre)

A figura feminina é a mais representativa na re-organização familiar após a dissolução conjugal, pois são elas que além de ficar com a guarda dos filhos, são as que mais requerem os processos judiciais, em busca de justiça social. Dos quinhentos e sessenta e sete (567) processos de separação investigados, apenas vinte e um (21) deles apresentam o cônjuge varão como responsável pela guarda dos filhos menores do casal.

Esse fato pode dimensionar a importância da figura feminina na nova família e os impactos dos novos elementos a ser gerido em suas vidas, o que dificulta uma melhora das condições sociais diferente à dos homens. Essas dificuldades relatadas pelas mulheres foram constatadas em noventa e sete (97) processos que foram reunidas em quatro categorias apresentadas na tabela 1:

---

3Os números dos processos foram retirados para preservar as fontes.

4 Nome fictício dado a entrevistada para preservar sua identidade.



Tabela 1 - Categorias de análise sobre dificuldades relatadas pelas mulheres após dissolução conjugal, nos processos analisados na 2ª vara de família, nos anos de 2003 a 2007.

Tipo de dificuldade relatada	Número de Ocorrências de Queixas nos processos investigados	% de representação das queixas
abandono econômico dos filhos	89	53,6%
Mudança de residência e dependência dos pais/avós/parentes	44	26,5%
falta de visitas e abandono afetivo	17	10,3%
Outras queixas	16	9,6%
Total	166	100%

Fonte: 2ª Vara de Família  
Organização própria

O maior número de queixas realizadas pelas mulheres relaciona-se ao abandono econômico dos filhos. Em segundo lugar, aparece a categoria mudança de residência e dependência dos pais/avós/parentes, em terceiro falta de visitas e abandono afetivo e em quarto lugar está a categoria 'outras queixas'.

Na categoria 'Abandono financeiro' as mulheres queixam-se que os ex-cônjuges não pagam a pensão relativa às necessidades dos filhos. É importante levar em conta que, a maioria das mulheres eram donas de casa no processo de dissolução conjugal ou ainda estão vinculadas a trabalhos de baixa remuneração. A falta de compromisso com a manutenção dos filhos gera situação de extrema carência, inclusive de alimentos básicos, como evidencia o trecho do processo X3/ 2006:

O autor passa por necessidades, para sua sobrevivência, vez que, sua mãe é diarista, mas não consegue sozinha suprir todas as necessidades do filho (Trecho retirado do processo de Separação X3/2006, em 06/06/2008)

A falta de assistência financeira está acompanhada com o 'Abandono afetivo', na maior parte dos casos. Se o abandono financeiro pode estar vinculado às dificuldades de empregabilidade do pai das crianças menores, o abandono afetivo é injustificável, pois afetividade não esta relacionada a condição financeira, da mesma forma muitos pais deixam de visitar seus filhos, dada a pressão feita pela mulher em relação ao pagamento da pensão ou muitas vezes relacionado a uma nova união do ex-marido<sup>5</sup>, gerando uma ação chamada de 'direito de visitas'. Quando ocorre a dissolução conjugal, o homem separa-se não apenas da mulher, mas também de seus filhos, agindo como se suas obrigações não tivessem mais que ser cumpridas como pai.

<sup>5</sup> Diário de campo – conversas informais com os auxiliares do cartório em 12/08/2009.



Pode-se dizer que há uma forte ideia de que os filhos são da mãe e não do pai após a dissolução conjugal, como visto no trecho do processo X6/2007 em que há a afirmação de que o pai “... nunca exerceu seu direito de visita, abstendo-se de manter qualquer contato com os requerentes”.

A situação de abandono financeiro e afetivo leva a mulher a recorrer à família e essa é uma queixa que se vincula à categoria 'Dependência dos avós / Mudança de residência', avós em geral maternos. Os avós maternos quem novamente arcam com o ônus do sustento e abrigo das famílias monoparentais de baixa renda. As mulheres e seus filhos mudam-se para casa dos pais, pois já não possuem condições financeiras de manter a residência, conforme demonstra o processo X4/2007:

Assim a autora e sua mãe vem dependendo do apoio de parentes, estando ambas vivendo em pequena edícula sita nos fundos do imóvel utilizado pelos avós maternos, os quais prestam certo auxílio, na medida de seus parcos recursos. (Trecho retirado do processo de Alimentos X4/2007, em 06/06/2008)

O espaço é de fundamental importância nestas questões, pois é a partir de novas espacialidades que essas mulheres vão novamente se restabelecendo e tentando a vida. É através do espaço que essas relações de cumplicidade com essas famílias acontecem e se legitimam, fator esse que deveria ser suprido por políticas públicas de inserção dessas agora responsáveis pelo domicílio no mercado de trabalho.

Mas essas espacialidades muitas vezes determinam alguns constrangimentos como o das mulheres que não conseguem se separar do marido, pois não tem como se sustentar e sustentar seus filhos e acabam fazendo uma escolha constrangida de continuar vivendo com este até conseguir arranjar um emprego melhor ou outra pessoa que ajude no sustento da casa, como afirmado no trecho da entrevista feita com Althea:

eu e ele né, porque ele era ruim mas eu não podia se separa né... porque sozinha era ruim né e sem ele era pior ainda porque eu não tinha pra onde ir porque eu morava nos fundos da minha sogra né, daí eu tive que fica ali aguentando né (entrevista realizada com Althea, no dia 31/10, conjunto aroeiras)

Apesar das espacialidades constrangidas, da dificuldade das mulheres em se desvencilhar de um casamento infeliz para recomeçar a vida, mais de 90% das entrevistadas, diferente do que foi demonstrado nos processos e apesar da dificuldade enfrentada após a separação se vêem mais realizadas após a dissolução conjugal, como se fosse uma vida com menos sofrimento como podemos observar na entrevista com Damra:

(risos) melhor, bem diferente consegui até essa casa na prolar e na casa que eu morava com ele lá era só duas pecinha de madeira caindo ainda (entrevista realizada com Damra em 16/01/2010, Jardim Alto Alegre)

Nos mesmos processos analisados existe ainda referencia de 'Outras queixas' que estão reunidas aquelas de baixa ocorrência de relatos como casos de abuso sexual em relação aos filhos,



maus tratos, ações de tentativa de controle em relação à ex-esposa e má conduta moral, os maus tratos também são observadas nas entrevistas onde 60% das mulheres falam que sofreram agressões.

Após a separação conjugal, conforme relatos das auxiliares do cartório e também queixas das entrevistadas, os ânimos dos cônjuges se alteram gerando em demasia um ataque recíproco de ações ou até mesmo de agressões físicas e psicológicas. A negação ao auxílio financeiro também está relacionada ao sentimento de posse por parte do ex-marido que considera que o fato de não mais estar casado e ter direitos sobre a mulher lhe retira também a obrigatoriedade de sustento material dos filhos, conforme relato a seguir:

eu sempre trabalhei em panificação, em mercado, sempre no caso trabalhei com o público né, então quando eu parei no caso por causa dele (referindo-se ao ex-marido) até tentei volta porque eu trabalhei muito tempo em vários lugares, mas no caso eu voltei daí ele (referindo-se ao ex-marido) ia quase todo dia de noite, no caso panificação trabaia de noite né daí ele ia lá ficava lá plantado me esperando e aquilo sabe vai irritando agente (entrevista realizada com Damra, 16/01/2010, Jardim Alto Alegre)

É neste sentido que cerca de 80% das mulheres entrevistadas por mais que enfrentem uma enorme dificuldade em recomeçar a vida, somada a guarda dos filhos e a dificuldade de se colocar no âmbito do espaço público, mesmo assim preferem após a experiência de um casamento infeliz uma vida de dificuldades mas sem ter que se frustrar perante um novo casamento, preferindo levar uma vida sozinhas com os filhos.

Enfim, os processos de dissoluções conjugais, juntamente com as entrevistas que demonstram a dificuldade que essas mulheres enfrentam após a dissolução conjugal é um assunto tratado na esfera do espaço privado, pouco significativo para despertar interesse ao Poder Público, pois este não acompanha as mudanças estabelecidas por uma sociedade desigual, deixando de lado as diferenças existentes através do espaço.

Esta pesquisa evidencia que os espaços públicos e privados estão articulados, não só a partir do trabalho, mas também a partir de novas espacialidades criadas após a dissolução conjugal. Neste sentido, o universo feminino e a infância são grupos sociais que tornam-se cada vez mais vulneráveis à todo o tipo de precariedades.

### *PALAVRAS FINAIS*

Nesta reflexão evidenciamos as transformações das espacialidades vividas por mulheres responsáveis pelo domicílio em Ponta Grossa - Paraná após a dissolução conjugal. Os resultados evidenciaram que há grande diferença nas consequências sociais, econômicas e espaciais entre



homens e mulheres em função do desenvolvimento dos diferentes papéis de gênero, repletos de desigualdades de oportunidades entre ambos. O desempenho dos papéis de gênero e a organização familiar articulam as diferentes escalas da cidade, revelando a falsa dicotomia entre o espaço público e o privado.

### *REFERÊNCIAS*

- ASSIS, Mariana Prandini Fraga. As esferas nos ajudam? Repensando a dicotomia público-privado na tradição feminista. In: **CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS**, 2009, Rio de Janeiro: LASA, 2009. p. 1-18. Disponível em <<http://lasa.international.pitt.edu/members/congress-papers/lasa2009/>>. Acesso em 25/11/2009.
- CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 4. ED. São Paulo: Ática, 2003.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da Geografia. In: CASTRO, Iná Elias de; GOMES, Paulo Cesar da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. **Geografia: Conceitos e Temas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995, p. 15-47.
- MCDOWELL, L. **Gênero, identidad y lugar**. Madrid: Cátedra, 2000.
- ORNAT, Marcio José e SILVA, Joseli Maria. Deslocamento cotidiano e gênero: acessibilidade diferencial de homens e mulheres ao espaço urbano de Ponta Grossa – PR. **Revista de História Regional**, 2007, v. 12, n.1, p. 155-195.
- PROCHNER, Marcilene. **Recente Feminização da Periferia de Baixa Renda em Ponta Grossa-PR: análise da atuação da PROLAR**. Monografia (Especialização em Geografia) – UEPG, Ponta Grossa:, 2005.
- SILVA, Joseli Maria. Amor, paixão e honra como elementos da produção do espaço cotidiano. **Espaço e cultura**, 2007A, v. 22, p. 97-109.
- \_\_\_\_\_, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. **Geosul**, 2007B, v 22, p. 117-134.
- SORJ, B. Trabalho remunerado e trabalho não remunerado. Org: VENTURINI, G., RECAMÁN, M., OLIVEIRA, S. **A mulher brasileira nos espaços público e privado**. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2004, p. 247.